

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Direito (licenciatura)
2023/2024

1. Nome da Unidade curricular:

Direito das Obrigações I (1.º semestre, 2.º ano, turma Noite)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: 168

Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde (2 horas)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Mestre Carlos Barata (4 horas)

Dr. Nuno Trigo dos Reis (6 horas)

(máxim

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimento de elementos essenciais do regime das obrigações e análise das respectivas fontes

6. Conteúdos programáticos:

INTRODUÇÃO

1. Origem e evolução histórica. Breve nota
2. O Direito das Obrigações no sistema jurídico
3. O objecto do Direito das Obrigações. Plano de curso

CAPÍTULO I CONCEITO E ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO

4. O conceito legal de obrigação. Figuras afins
5. Os elementos constitutivos da obrigação. Sujeitos, objecto e vínculo jurídico
 5. 1. Os sujeitos da obrigação
 5. 2. A prestação como objecto da obrigação
 5. 2. 1. Requisitos legais da prestação
 - A) Possibilidade física e legal
 - B) Licitude
 - C) Determinabilidade
 - D) Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes
 5. 2. 2. Modalidades de prestações (remissão)
 5. 3. O vínculo jurídico. A relação obrigacional complexa
 5. 3. 1. Os deveres de prestação principais e secundários
 5. 3. 2. Os deveres acessórios de conduta
 5. 3. 3. Outras posições jurídicas

CAPÍTULO II CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES

6. Generalidades



- 7. O carácter patrimonial
- 8. A mediação ou colaboração devida
- 9. A relatividade
- 10. A autonomia
- 11. A atipicidade

CAPÍTULO III

AS OBRIGAÇÕES E AS OUTRAS CLASSES DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 12. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais; obrigações reais e ónus reais
- 13. Os direitos pessoais de gozo
- 14. Obrigações, direitos familiares e sucessórios

CAPÍTULO IV

MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

- 15. Modalidades de obrigações quanto ao vínculo. As obrigações naturais
- 16. Modalidades de obrigações quanto aos sujeitos
 - 16. 1. A indeterminação do credor na relação obrigacional
 - 16. 2. A relação obrigacional com pluralidade de sujeitos
 - 16. 3. As obrigações parciárias
 - 16. 3. 1. As prestações divisíveis e indivisíveis
 - 16. 3. 2. Regime de cumprimento das obrigações parciárias
 - 16. 3. 3. As prestações *subjectivamente* indivisíveis
 - 16. 4. As obrigações solidárias
 - 16. 4. 1. A extensão da noção de solidariedade
 - 16. 4. 2. O regime das obrigações solidárias
 - 16. 5. Obrigações com pluralidade de sujeitos. Conclusões
- 17. Modalidades de obrigações quanto ao objecto
 - 17. 1. Prestações de coisa e prestações de facto
 - 17. 2. Prestações fungíveis e infungíveis
 - 17. 3. Prestações instantâneas e duradouras
 - 17. 4. Prestações de resultado e prestações de meios
 - 17. 5. Prestações determinadas e indeterminadas
 - 17. 5. 1. Obrigações genéricas
 - 17. 5. 2. Obrigações alternativas e obrigações com faculdade alternativa
 - 17. 6. Obrigações pecuniárias
 - 17. 6. 1. Obrigações de quantidade
 - 17. 6. 2. Obrigações em moeda específica
 - 17. 6. 3. Obrigações em moeda estrangeira
 - 17. 7. Obrigações de juros

PARTE I

DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 18. Noções gerais sobre fontes das obrigações

CAPÍTULO I

CONTRATOS

- 19. Noções gerais. Origem e evolução
- 20. Contratos e autonomia privada

SECÇÃO I

O CONTROLO DO CONTEÚDO DOS CONTRATOS

- 21. As cláusulas contratuais gerais
- 22. Boa-fé e conteúdo dos contratos constituídos por cláusulas contratuais gerais
- 23. As cláusulas contratuais individualizadas. A aplicação do regime das cláusulas contratuais gerais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

24. O sistema dualista de controlo dos conteúdos negociais

SECÇÃO II MODALIDADES DE CONTRATOS

- 25. Contratos consensuais e formais
- 26. Contratos reais *quoad constitutionem* e contratos consensuais
- 27. Contratos obrigacionais e reais
- 28. A cláusula de reserva de propriedade nos contratos de alienação
- 29. Contratos bilaterais e unilaterais
- 30. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos
- 31. Contratos onerosos e gratuitos
- 32. Contratos comutativos e aleatórios
- 33. Contratos nominados e inominados
- 34. Contratos típicos e atípicos
- 35. Contratos mistos
- 36. A união de contratos
- 37. Contratos preliminares e contratação mitigada

SECÇÃO III O CONTRATO-PROMESSA

- 38. Noção e vantagens práticas. Modalidades
- 39. Figuras afins
- 40. O princípio da equiparação
- 41. Forma da promessa
- 42. Transmissão dos direitos e obrigações emergentes da promessa
- 43. Os meios de tutela do contraente fiel
- 43. 1. A execução específica
- 43. 2. O sinal. Noção e funções
- 43. 2. 1. Sinal, contrato-promessa e antecipação de cumprimento
- 43. 2. 2. O funcionamento do regime do sinal. Articulação com a indemnização pelo acréscimo de valor da coisa
- 43. 3. A atribuição do direito de retenção ao promitente que obteve a tradição da coisa
- 44. A eficácia real do contrato-promessa

SECÇÃO IV PACTO DE PREFERÊNCIA

- 45. Noção, relevância prática e caracterização básica
- 46. O âmbito do pacto de preferência
- 47. Preferência obrigacional e preferência real
- 48. O pacto de preferência no quadro geral das preferências; valor relativo
- 49. Distinção de figuras afins
- 50. Regime do pacto de preferência
- 50. 1. Forma
- 50. 2. A comunicação para preferência
- 50. 3. As condutas do titular da preferência. Efeitos da declaração de preferência
- 50. 4. Venda conjunta por preço global e promessa de prestação “acessória”
- 51. Intransmissibilidade tendencial
- 52. Incumprimento do pacto de preferência
- 52. 1. Preferência obrigacional
- 52. 2. Preferência com eficácia real: acção de preferência
- 53. Natureza jurídica da obrigação de preferência

SECÇÃO V CONTRATO A FAVOR DE TERCEIRO

- 54. Noção e aplicações práticas. Figuras afins
- 55. Estrutura do contrato a favor de terceiro
- 56. O regime normal do contrato a favor de terceiro
- 57. Regimes especiais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 57. 1. A promessa de liberação de dívida como falso contrato a favor de terceiro
- 57. 2. As promessas em benefício de pessoas indeterminadas ou no interesse público
- 57. 3. A promessa a cumprir depois da morte do promissário

SECÇÃO VI

O CONTRATO PARA PESSOA A NOMEAR

- 58. Noção legal e interesse prático da cláusula para pessoa a nomear
- 59. Regime. Publicidade e direitos de terceiros
- 60. Natureza jurídica

SECÇÃO VII

AS RELAÇÕES CONTRATUAIS DE FACTO

- 61. O pensamento originário. Evolução
- 62. As soluções actuais

CAPÍTULO II

NEGÓCIOS UNILATERAIS

- 63. O princípio da tipicidade
- 64. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida
- 65. Promessa pública
- 66. Concurso público

CAPÍTULO III

GESTÃO DE NEGÓCIOS

- 67. Origens. Coordenadas fundamentais
- 68. Pressupostos da gestão de negócios
- 69. Deveres do gestor
 - 69. 1. Dever de agir em conformidade com o interesse e a vontade real ou presumível do dono do negócio
 - 69. 2. Dever de avisar o dono do negócio, logo que lhe seja possível, de que assumiu a gestão
 - 69. 3. Dever de prestação de contas
 - 69. 4. Dever de informação
 - 69. 5. Dever de entregar ao titular tudo quanto haja recebido de terceiros no exercício da gestão ou o saldo das respectivas contas com os juros legais
- 70. Responsabilidade do gestor
- 71. Os direitos do gestor
- 72. Aprovação da gestão
- 73. Relações entre o dono do negócio e terceiros
- 74. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria

CAPÍTULO IV

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

- 75. Origens. Aplicações práticas do enriquecimento sem causa
- 76. Pressupostos da obrigação de restituir o enriquecimento injustificado
 - 76. 1. Existência de um enriquecimento
 - 76. 2. Obtenção desse enriquecimento à custa de outrem
 - 76. 3. Ausência de causa justificativa para esse enriquecimento
- 77. Carácter subsidiário da obrigação de restituir
- 78. Modalidades de enriquecimento
 - 78. 1. Enriquecimento por prestação. Conceito e modalidades típicas
 - A) A repetição do indevido
 - B) A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa
 - C) Restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido
 - 78. 2. O enriquecimento por intervenção. Conceito e situações abrangidas
 - 78. 3. O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem
 - A - Enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias
 - B - Enriquecimento por pagamento de dívidas alheias



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

C – A necessidade de tutela do enriquecido contra o enriquecimento forçado

78. 4. Enriquecimento por desconsideração de património

79. Objecto da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa. Concepção real e concepção patrimonial da medida da restituição

79. 1. Agravamento da obrigação de restituir

79. 2. Obrigação de restituir no caso de alienação gratuita

80. Prescrição do direito à restituição

CAPÍTULO V RESPONSABILIDADE CIVIL

81. Noções introdutórias

SECÇÃO I A RESPONSABILIDADE DELITUAL. PRESSUPOSTOS

SUBSECÇÃO I O FACTO VOLUNTÁRIO

82. Actos; violações directas e indirectas

83. A responsabilidade por omissões. Os deveres legais e negociais de agir

SUBSECÇÃO II A ILICITUDE

84. Conceito e significado. Ilicitude da conduta e do resultado

85. Estrutura da ilicitude. Conduta, resultado e nexos de imputação

85. 1. Comportamento contrário à ordem de conduta

85. 1. 1. A conduta dolosa

85. 1. 2. Erro e exclusão do dolo

85. 1. 3. A conduta negligente

85. 2. O resultado ilícito

85. 2. 1. Ilicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas

A) Direitos de personalidade

B) Direitos familiares e sucessórios

C) Os direitos de propriedade intelectual

D) Os direitos reais

E) Os direitos de crédito

85. 2. 2. Ilicitude por violação de normas de protecção

85. 3. Causalidade constitutiva de responsabilidade

85. 3. 1. A teoria da equivalência das condições

85. 3. 2. A teoria da última condição ou da causa próxima

85. 3. 3. A teoria da condição eficiente

85. 3. 4. A teoria da causalidade adequada

85. 3. 5. A teoria do escopo da norma violada

85. 3. 6. A doutrina da criação ou incremento do risco

85. 3. 7. Orientação perfilhada sobre o nexos causal

86. Outras previsões específicas de ilicitude

86. 1. O abuso de direito

86. 2. A ofensa ao crédito ou ao bom nome

86. 3. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações

87. As causas de exclusão da ilicitude

87. 1. Exercício de um direito e cumprimento de um dever

87. 2. Legítima defesa

87. 3. Acção directa

87. 4. Estado de necessidade

87. 5. Consentimento do lesado



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SUBSECÇÃO III A CULPA

- 88. Conceito e elementos
- 89. A imputabilidade como pressuposto da culpa e o regime de responsabilidade dos inimputáveis
- 90. Critérios de apreciação da culpa
- 91. Causas de exclusão da culpa
 - 91. 1. Erro desculpável
 - 91. 2. Medo invencível
 - 91. 3. Desculpabilidade ou inexigibilidade
- 92. Prova da culpa. Presunções
 - 92. 1. Danos causados por incapazes naturais
 - 92. 2. Danos causados por edifícios ou outras obras
 - 92. 3. Danos causados por coisas ou animais
 - 92. 4. Danos resultantes de actividades perigosas

SUBSECÇÃO IV O DANO

- 93. O dano. Noção
- 94. Dano em sentido real e em sentido patrimonial
- 95. Danos patrimoniais e não patrimoniais. Os danos patrimoniais primários
- 96. Danos emergentes e lucros cessantes
- 97. Danos presentes e danos futuros
- 98. O dano da privação de uso
- 99. A perda de oportunidade como dano
- 100. Danos não patrimoniais
- 101. A indemnização dos danos causados pela morte
- 102. Titularidade do direito à indemnização
- 103. Prescrição do direito à indemnização
- 104. Pluralidade de responsáveis**

SUBSECÇÃO V O NEXO CAUSAL ENTRE O FACTO ILÍCITO E O DANO

- 104. Causalidade delimitadora da responsabilidade
- 105. O concurso da culpa do lesado
- 106. A irrelevância dos processos causais virtuais

SECÇÃO II A RESPONSABILIDADE OBJECTIVA

- 107. Os fundamentos da responsabilidade pelo risco
- 108. A responsabilidade do comitente
- 109. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas
- 110. Danos causados por animais
- 111. Danos causados por veículos de circulação terrestre
 - 111. 1. Pressupostos da responsabilidade
 - 111. 2. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem
 - 111. 3. Beneficiários da responsabilidade
 - 111. 4. Casos de exclusão da responsabilidade
 - 111. 5. A colisão de veículos
 - 111. 6. Pluralidade de responsáveis pelos danos. O sistema binário de imputação
 - 111. 7. Limites da responsabilidade pelo risco
- 112. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos
- 113. Aplicação subsidiária das regras da responsabilidade delitual
- 114. A responsabilidade do produtor
- 115. Responsabilidade pelo sacrifício

SECÇÃO III



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O DEVER DE INDEMNIZAR

116. Razões de uma remissão

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Pretende-se transmitir aos alunos a lógica estrutural das obrigações, com indicação da sua origem.

8. Metodologias de ensino:

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

9. Avaliação:

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

(máximo 3000 caracteres)

11. Bibliografia principal:

RUI PAULO COUTINHO DE MASCARENHAS ATAÍDE, *Direito das Obrigações*, Volume I – *Introdução. Conceito e características. Modalidades. Fontes das obrigações*, Coimbra, Gestlegal, 2022.

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil, VIII - Direito das Obrigações – Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil*, 2.ª edição, Coimbra, Almedina, 2023.

Tratado de Direito Civil, VI – Direito das Obrigações, Introdução/Sistemas e Direito Europeu/Dogmática Geral, 3.ª edição (com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro), Coimbra, Almedina, 2019.

LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Volume I – *Introdução. Da constituição das obrigações*, 16.ª edição, Coimbra, Almedina, 2022.

JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, Volume I, 10.ª edição, Coimbra, Almedina, 2000.

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.ª edição, Coimbra, Almedina, 2009.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.